

O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá (CAUP): caminhos para a percepção e análise do estado de conservação de bens patrimoniais

Sessão temática: Dimensão histórica e patrimonial do projeto, do planejamento e da gestão da paisagem

Marcia Alves Soares da Silva¹

Bruna Santos e Silva²

Natália Lins Turi³

Tamires Soares⁴

RESUMO

Este artigo discute a necessidade de integrar dimensões materiais, imateriais e afetivas na compreensão do patrimônio cultural do Centro Histórico de Cuiabá, Mato Grosso. Embora o marco legal estabeleça diretrizes importantes para a preservação, ele não contempla plenamente as experiências que constituem o valor patrimonial no cotidiano. Em uma cidade marcada por memórias múltiplas e disputas simbólicas, preservar requer reconhecer práticas, saberes e modos de habitar que configuram o território. Nesse sentido, metodologias participativas tornam-se essenciais para aproximar políticas públicas das vivências locais e fortalecer vínculos que sustentam o pertencimento. O texto apresenta uma discussão teórico-conceitual sobre patrimônio, participação e subjetividade, seguida de resultados preliminares do projeto “Geografias do Cuidado e Cartografias Afetivas do Centro Histórico de Cuiabá – MT”, desenvolvido por equipe interdisciplinar da UFMT, com apoio da FAPEMAT. A pesquisa documenta aspectos históricos, materiais e imateriais do patrimônio, ao mesmo tempo em que experimenta práticas participativas que evidenciam afetos, percepções e relações de cuidado. Conclui-se que incorporar dimensões sensíveis e coletivas às políticas de preservação é fundamental para reconhecer o Centro Histórico como território vivo e fortalecer estratégias de conservação alinhadas às experiências de seus habitantes.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio tombado; metodologias participativas; políticas patrimoniais; percepção da paisagem

ABSTRACT

¹ Doutora em Geografia (UFPR), Docente do Departamento de Geografia (UFMT).

² Arquiteta e Urbanista (UFMT), Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFMT)

³ Arquiteta e Urbanista (UNIC), Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos em Cultura Contemporânea (UFMT)

⁴ Arquiteta e Urbanista (UFMT), Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFMT)



This article discusses the need to integrate material, immaterial and affective dimensions in the understanding of cultural heritage in the Historic Center of Cuiabá, Mato Grosso, Brazil. Although the legal framework establishes important guidelines for preservation, it does not fully encompass the lived experiences that shape patrimonial value in everyday life. In a city marked by multiple memories and symbolic disputes, preservation requires the recognition of practices, knowledge and ways of inhabiting that configure the territory. In this context, participatory methodologies become essential to bridge public policies and local experiences, strengthening the bonds that sustain belonging. The paper presents a theoretical and conceptual discussion on heritage, participation and subjectivity, followed by preliminary results from the project “Geographies of Care and Affective Cartographies of the Historic Center of Cuiabá”, developed by an interdisciplinary team at the Federal University of Mato Grosso with support from FAPEMAT. The research documents historical, material and immaterial aspects of heritage while experimenting with participatory practices that foreground affects, perceptions and relations of care. The findings suggest that incorporating sensitive and collective dimensions into preservation policies is crucial to recognizing the Historic Center as a living territory and to strengthening conservation strategies aligned with the experiences of its inhabitants.

KEYWORDS: Listed heritage; participatory methodologies; heritage policies; landscape perception.

1 - INTRODUÇÃO

Compreender o patrimônio cultural em Cuiabá, Mato Grosso, implica ultrapassar a materialidade das pedras, fachadas e estruturas arquitetônicas que compõem o conjunto tombado desde o Processo 1180-T-85. Embora o arcabouço legal, inaugurado pelo Decreto-Lei nº 25/1937 e ampliado por instrumentos como o Decreto nº 3.551/2000, a Instrução Normativa do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá (1994) e legislações estaduais posteriores, estabeleça diretrizes para a proteção de bens materiais e imateriais, ele não abrange a totalidade das experiências que fundamentam o valor patrimonial. Em uma cidade marcada por camadas de memória, disputas simbólicas e afetos cotidianos, a preservação deve ser entendida como um processo social que envolve práticas, saberes, cosmovisões e modos de habitar.

Nesse contexto, metodologias participativas tornam-se fundamentais para aproximar as políticas de preservação das vivências dos sujeitos que produzem e atualizam o Centro Histórico de Cuiabá. Reconhecer esse território como vivo e dinâmico implica considerar o patrimônio como campo simbólico e sensível, no qual moradores, comerciantes, visitantes e coletivos culturais criam espacialidades e imaginários que desafiam leituras homogêneas de cidade. Preservar, portanto, requer mobilizar diálogos, escutas e práticas coletivas capazes de articular dimensões técnicas e afetivas, sustentando o sentimento de pertencimento e as formas de cuidado.

Este artigo apresenta, inicialmente, uma discussão teórico-conceitual sobre o



Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Centro Histórico de Cuiabá (CAUP), destacando como percepções e subjetividades podem qualificar políticas patrimoniais. Em seguida, expõe resultados preliminares do projeto em andamento “Geografias do Cuidado e Cartografias Afetivas do Centro Histórico de Cuiabá – MT: Memória, Patrimônio e Conservação”, apoiado pela FAPEMAT e desenvolvido por equipe interdisciplinar da UFMT, em parceria com pesquisadores da Arquitetura e Urbanismo, Geografia, História e Arqueologia. A partir dessa abordagem, busca-se documentar dimensões materiais e imateriais do patrimônio, desenvolver metodologias participativas e contribuir para políticas mais sensíveis às práticas, aos afetos e aos vínculos que sustentam a preservação do território e do patrimônio cultural.

2 - CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ: PAISAGEM, MEMÓRIAS E USOS

O Centro Histórico de Cuiabá configura-se como um território singular, onde paisagens urbanas, memórias coletivas e usos cotidianos se entrelaçam para produzir sentidos sobre a cidade. Mais do que um conjunto de edificações antigas, trata-se de um espaço vivo, no qual práticas sociais, fluxos de pessoas e atividades culturais continuamente atualizam sua relevância. A presença de temporalidades sobrepostas, do período colonial aos usos contemporâneos, confere ao centro uma densidade simbólica que o posiciona como lugar estratégico para compreender a formação e a identidade cuiabana. Formada no século XVIII, às margens do Córrego da Prainha, no processo de ocupação territorial e busca por ouro, a região constituiu o núcleo central de consolidação de uma vila urbana e de expansão territorial, com importante atividade mineradora, religiosa, comercial e de moradia desde o seu surgimento.

Segundo De Lamonica Freire (1997), a formação urbana de Cuiabá ocorreu em ciclos. No Ciclo da Mineração (1722–1820), a cidade estruturou-se a partir da mina do Rosário e do Porto Geral, núcleo fundacional que hoje compõe o Centro Tombado, marcado pela regularidade urbanística colonial. Já no Ciclo da Administração Pública (1820–1940), a mancha urbana se consolidou, e novos serviços e edificações públicas transformaram o espaço, ampliando infraestruturas e diversificando o repertório arquitetônico, sobretudo nos principais largos da cidade. O Ciclo de Modernização (1940–1968) rompe com a regularidade da Cidade Tradicional, com o avanço das políticas de urbanização e expansão urbana, a canalização de córregos, como o da Prainha, a ampliação das vias de circulação e mudanças no uso da área.

De acordo com Azevedo e Guedes (2019), a partir da década de 1970, essas transformações passaram a ser sentidas e percebidas pela população local, que começou a reivindicar a valorização da cultura local, em função de sua descaracterização e transformação, oferecendo subsídios para as discussões em torno das políticas de preservação e tombamento. Esse debate tem seguido até a contemporaneidade, com coletivos, agentes e interessados constantemente discutindo e pensando em caminhos possíveis para a região.

O processo de reconhecimento e proteção do Centro Histórico de Cuiabá passou por diferentes etapas institucionais. O primeiro tombamento provisório ocorreu em 1987, tornando-se definitivo em 1988 e sendo homologado pelo Ministério da

Cultura em 1992. Em 1993, o IPHAN oficializou o tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá (CAUP), classificando-o como conjunto, e não como edificações isoladas. Em 2007, o Governo do Estado ampliou essa proteção ao decretar o tombamento da área, incluindo a região do Porto.

Silgueiro (s/d) destaca que o processo inicial de tombamento (1180-T-85) reconheceu o valor do conjunto como unidade integrada entre construções, traçado urbano e paisagem, entendendo que seu significado extrapola a materialidade e envolve dimensões imateriais e subjetivas da cultura brasileira. O CAUP corresponde à configuração urbana construída até o final do período colonial, representando cerca de 10% do centro atual, com aproximadamente 400 edificações. As normativas de preservação incluem diretrizes sobre gabarito, volumetria, relação com a topografia, integridade visual das fachadas e escolha de cores e materiais (Azevedo e Guedes, 2019), buscando assegurar coerência e unidade paisagística. Contudo, tais diretrizes enfrentam baixa implementação, o que tem contribuído para a descaracterização do conjunto, conforme a Figura 1.

Figura 1: Calçada da Rua Ricardo Franco (conhecida como Rua do Meio) no Centro Histórico de Cuiabá: região com importante descaracterização da paisagem



Fonte: As Autoras, 2025.

A ampliação da compreensão de patrimônio no Brasil, inicialmente restrita ao caráter material pelo Decreto-Lei nº 25/1937, consolidou-se com a Constituição de 1988 e com o Decreto nº 3.551/2000, que instituíram o patrimônio imaterial como dimensão essencial da identidade e memória dos grupos sociais. No caso de Cuiabá, essa perspectiva reforça o entendimento do Centro Histórico como testemunho do cotidiano desde o século XVIII, com casarios alinhados aos limites dos lotes, tipologias



construtivas em adobe ou taipa e ritmo particular de cheios e vazios nas fachadas. Elementos como o Córrego da Prainha, as ruas de Cima, do Meio e de Baixo e os marcos religiosos e infraestruturais revelam diferentes camadas históricas e culturais que compõem a singularidade do território. Para Silgueiro (s/d), trata-se de um patrimônio relacional, simbólico e heterogêneo, cuja fruição exige ser experimentada e sentida.

Apesar da proteção legal, transformações urbanas ocorridas desde meados do século XX impactaram significativamente o conjunto. Os discursos de “modernização” e “desenvolvimento” promoveram intervenções que alteraram a morfologia histórica. A abertura da Avenida da Prainha fragmentou o tecido antigo, distanciando o Centro Tombado do Morro da Luz. A paisagem foi ainda tensionada pela proliferação de mobiliário urbano, postes e fiação aérea, que comprometem sua leitura (Azevedo e Guedes, 2019). Nas décadas de 1980 e 1990, a criação da Zona de Interesse Histórico buscou conter tais perdas, reforçando a importância da paisagem como parte inseparável do patrimônio.

Para as autoras, persistem, entretanto, desafios estruturais que fragilizam a preservação: descontinuidade institucional, instabilidade normativa, pouca integração entre planejamento e gestão e ações pontuais guiadas por interesses imediatos. O Centro Antigo tem sido, muitas vezes, tratado como instrumento de marketing urbano, em vez de território de memória, resultando em intervenções que ignoram a complexidade do sítio tombado. Pressões por estacionamentos, tráfego intenso e manutenção da fiação aérea revelam a dificuldade de conciliar preservação, mobilidade e vida contemporânea.

Algumas iniciativas recentes buscaram recuperar o debate patrimonial, por meio de revisões legislativas, elaboração de diagnósticos e mobilização social e acadêmica. Embora promissoras, essas ações enfrentam a falta de continuidade e de visão territorial integrada. Diante disso, metodologias participativas tornam-se essenciais para reconstruir o sentido de pertencimento e orientar políticas mais coerentes com a realidade do CAUP. A inclusão de diferentes agentes sociais permite formular diagnósticos mais sensíveis, propor intervenções contextualizadas e fortalecer práticas de cuidado com o patrimônio. Assim, a preservação deixa de ser um exercício técnico restrito para se tornar um projeto coletivo de cidade. O futuro do Centro Histórico depende da capacidade de instituir processos contínuos, democráticos e integrados de participação, capazes de articular memória, identidade e usos cotidianos, assegurando políticas duradouras e compatíveis com o valor histórico, social e afetivo do conjunto.

3 - A PERCEPÇÃO ENQUANTO ELEMENTO ESTRUTURANTE PARA SE COMPREENDER A PAISAGEM: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

A análise da paisagem constitui etapa essencial para compreender a complexidade dos ambientes urbanos, visto que integra elementos materiais, sociais, históricos e afetivos que conformam um território. Por essa razão, o diagnóstico da paisagem deveria anteceder planos e intervenções sobre o espaço, permitindo uma leitura coerente das necessidades e potencialidades de cada região e população (Pippi,

Limberger e Lazarotto, 2008). No contexto do Centro Histórico de Cuiabá, essa etapa torna-se ainda mais relevante diante das camadas históricas que moldam o CAUP e dos desafios impostos pelos processos de descaracterização e fragmentação já apresentados.

No âmbito do projeto “Geografias do Cuidado e Cartografias Afetivas”, o diagnóstico é entendido como ferramenta basilar para reconhecer o funcionamento do território em diferentes escalas. Trata-se de recusar abordagens verticalizadas que ignoram os sujeitos que produzem e habitam o espaço, reiterando que planejar sem escuta resulta em políticas distantes do cotidiano (Scifoni, 2012). Antes mesmo da sistematização técnica, interessa-nos promover uma ação de entremeio capaz de despertar novos olhares, tanto dos pesquisadores quanto dos moradores, sobre um território frequentemente marcado por estigmas persistentes. Inspirados por Cullen (1961) e Lynch (1960), assumimos que é possível treinar a percepção e formar observadores críticos capazes de reconhecer a historicidade do espaço e de se tornarem protagonistas das transformações que nele se operam, sem desconsiderar os limites estruturais que condicionam tais práticas.

Essa perspectiva orienta a adoção da percepção como eixo metodológico para compreender a paisagem e documentar aspectos materiais e imateriais que compõem o patrimônio. Entendemos a paisagem, seguindo Sandeville Jr. (2003), como uma herança natural e social continuamente construída: um patrimônio coletivo que expressa modos de viver, trabalhar e acreditar de diferentes gerações. Essa concepção dialoga diretamente com a ampliação do entendimento do patrimônio discutida anteriormente, que passou a incorporar dimensões imateriais, simbólicas e afetivas essenciais para compreender o CAUP como território vivo. Assim, paisagem e patrimônio aparecem como camadas interligadas: materialidade, práticas sociais, memórias e atmosferas que se imbricam no cotidiano.

Refletir sobre a paisagem do CAUP implica, portanto, reconhecer o papel de diferentes grupos em sua conformação, bem como as desigualdades que definem quem tem poder para interferir em sua produção. O Centro revela permanências históricas que se expressam na convivência entre antigos casarões das elites e populações em situação de vulnerabilidade, compondo uma paisagem marcada por contrastes e tensionamentos. Tais dinâmicas evidenciam como a fragilidade das políticas de preservação afeta tanto o conjunto material quanto as vidas que habitam esse território.

Sobre isso, convém apresentar o conceito de patrimônio afetivo. Oliveira e Ribeiro (2019) reconhecem que o valor patrimonial se estrutura nas experiências e memórias, individuais e coletivas, que vinculam sujeitos ao tempo e ao espaço, e não apenas em definições institucionais. A dimensão afetiva amplia a compreensão tradicional centrada na materialidade, indicando que um bem só adquire relevância quando mobiliza emoções, vínculos e práticas de cuidado, como argumenta Bezerra (2013).

Nos estudos urbanos, o afeto é entendido como elemento que molda paisagens e infraestruturas, tornando-se fundamental para políticas de preservação. Claire (2008) destaca as “emoções patrimoniais” como expressões públicas de apego que fortalecem memórias compartilhadas e negociações de sentido. Assim, o patrimônio afetivo constitui-se como conjunto simbólico em constante reconstrução (Bezerra, 2013),

revelando que preservar envolve também cuidar das relações que mantêm vivos os significados do lugar.

Londres (2012) contribui para essa esfera ao discutir o patrimônio cultural como resultado de múltiplas subjetividades, cuja tradução em políticas públicas exige reconhecer as marcas do tempo no espaço. Preservar, portanto, exige não apenas catalogar edificações, mas promover uma “educação dos sentidos” que amplie a capacidade de ver e sentir o território, articulando narrativas, memórias e experiências. Essa abordagem reafirma a importância das metodologias participativas, já defendidas no texto anterior, como meio de construir diagnósticos mais sensíveis e intervenções mais coerentes com as camadas complexas do CAUP.

Contudo, o território vivencia um ritmo acelerado de transformações, sendo muitas vezes percebido mais por suas ausências do que por suas presenças. Estigmas que o reduzem a espaço de passagem ou zona de comércio reforçam práticas que ignoram seu valor patrimonial. Intervenções realizadas ao longo do século XX deslocaram funções residenciais e comerciais (Mascaro e Torres, 2019), intensificando a perda de centralidade comercial e habitacional e contribuindo para a deterioração física e simbólica do centro antigo.

Assim, compreender a paisagem do Centro Histórico de Cuiabá exige reconhecer, simultaneamente, sua força histórica e a fragilidade das políticas que deveriam garantir sua continuidade como espaço vivido. Alinhados a Sandeville Jr. (2003), defendemos a necessidade de redefinir as bases conceituais das práticas urbanas e das políticas de gestão patrimonial, superando ações de impacto imediato para adotar processos contínuos, democráticos e integrados. Tal mudança depende da construção de metodologias participativas capazes de articular percepção, memória, identidade e usos cotidianos, dimensões essenciais para que o CAUP se mantenha como patrimônio vivo, significativo e plural.

4 - A PERCEPÇÃO ENQUANTO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO

Reconhecer a complexidade do Centro Histórico de Cuiabá implica tensionar olhares já consolidados sobre o território, historicamente marcado por percepções que desvalorizam seus saberes, paisagens e práticas cotidianas. Seu valor não se restringe ao que está materialmente exposto, mas inclui camadas estruturais e simbólicas que moldam modos de ver e sentir o lugar. Nosso esforço, portanto, não se volta a visitantes ocasionais, mas àqueles que já circulam no território e que, apesar da familiaridade, nem sempre o compreendem em sua profundidade histórica e paisagística. Ressignificar esse olhar exige reconhecer as estratégias de formação do espaço, suas lógicas de consolidação e os elementos que o estruturam formal e funcionalmente.

Nesse processo, destacamos a percepção como ferramenta central de preservação. Ela envolve a capacidade de reconhecer bens culturais e históricos associados à vida cotidiana, compondo uma forma de educação patrimonial capaz de criar símbolos, ativar significados e reafirmar pertencimentos (Florêncio, 2012). Trata-se de compreender, como afirma Lynch (1960), que a imagem de um lugar resulta de um processo bilateral entre observador e ambiente, no qual os elementos urbanos



adquirem dimensões práticas e emocionais. Ao enfatizar a formação dessa imagem, buscamos direcionar os olhares da equipe de pesquisa para atributos estruturais e identitários do conjunto, adotando exercícios que “treinam” a percepção e estimulam o reconhecimento de qualidades físicas, simbólicas e afetivas.

Com esse propósito, elaborou-se um diagrama simbólico que organiza os elementos materiais da paisagem do Centro Histórico, orientando, posteriormente, a metodologia de análise do estado de conservação das fachadas. Esse movimento inicial realiza-se como um exercício de fragmentação, que consiste em destrinchar as partes para depois retornar ao todo, permitindo compreender o conjunto em sua complexidade.

Entre os elementos que estruturam a paisagem, organizam a ambiência urbana e orientam a leitura do território, destacam-se a escala, o traçado, as esquadrias, a cobertura e a estrutura. A opção por abordá-los separadamente não fragmenta o conjunto, mas permite um olhar minucioso sobre partes que, articuladas, revelam a totalidade, pois, como observa Cullen (1961), a força visual do Centro Histórico reside mais no conjunto do que em edifícios isolados. A experiência in loco reforça essa compreensão: caminhar pelas ruas sinuosas evidencia a escala dos edifícios e os marcos arquitetônicos que conferem legibilidade ao território (Lynch, 1960), enquanto a sinuosidade das vias produz a “visão serial” descrita por Cullen, marcada por contrastes sucessivos e pela implantação dos imóveis no lote. Nesse percurso, emergem categorias-chave, como vãos, esquadrias e transições entre público e privado, que expressam modos de habitar de diferentes períodos e mostram como as dimensões visíveis do espaço público constituem a porta de entrada para compreender também suas camadas imateriais.

O ritmo das fachadas, os telhados de duas águas, as platibandas e os beirais, inclusive a codificação social expressa na eira-beira-tribeira, deslindam camadas temporais inscritas nas formas. Apesar das descaracterizações contemporâneas, muitos desses elementos ainda permitem identificar a unidade arquitetônica do conjunto, mesmo quando as fachadas são fragmentadas por usos comerciais. Assim, a identidade material torna-se narrativa do tempo, exigindo aproximação sensível que explicita as razões de cada alteração e suas implicações históricas.

A partir do século XX, a introdução de recuos e jardins frontais explicita a alteração da técnica construtiva colonial, produzindo uma paisagem em que períodos distintos se sobrepõem. Entretanto, entre todas as categorias analisadas, a estrutura dos edifícios revela-se a mais desafiadora: ao ruir, desvela camadas de materiais e soluções sobrepostas, alertando para a perda de um elemento que sustenta e condiciona diversas outras dimensões da forma urbana. Sua deterioração expõe a diversidade de materiais e técnicas empregadas em sucessivas intervenções e, além disso, evidencia uma fragilidade que não é intrínseca à materialidade, mas resultante dos desafios políticos e sociais de conservação que se impõem ao tecido urbano. Esses danos não afetam apenas a composição física do conjunto, mas também as experiências que dele emergem, corroendo uma historicidade que tende a desaparecer.

Por isso, a leitura dos danos é parte essencial do diagnóstico da paisagem. Ela evidencia a necessidade de metodologias fundadas na percepção, capazes de captar o caráter sistêmico do conjunto e as múltiplas significações do lugar. Perceber os danos é



também reconhecer aquilo que ainda permanece de pé e que, por esse mesmo motivo, exige cuidado. Trata-se de garantir condições para que a paisagem continue a existir como documento vivo, disponível à interpretação, à memória e às práticas de preservação construídas coletivamente.

5 OBSERVAR PARA COMPREENDER: O RECONHECIMENTO DOS DANOS COMO EXERCÍCIO CRÍTICO DE LEITURA DA PAISAGEM

Ao adotar a observação como processo de percepção para compreender a paisagem do Centro Histórico de Cuiabá, especialmente no âmbito do conjunto tombado, torna-se indispensável treinar um olhar capaz de ultrapassar a aparência imediata e penetrar nas camadas históricas, materiais e simbólicas que conformam esse território. Significa reconhecer que cada edificação possui uma singularidade arquitetônica própria, mas que essa singularidade só adquire sentido pleno quando é lida no diálogo que estabelece com o conjunto. A paisagem do Centro Histórico não se revela apenas por meio da fachada de um edifício isolado, mas pela forma como cada elemento contribui para a pregnância visual e narrativa da unidade histórica

Essa abordagem articula-se ao esforço de tensionar leituras consolidadas sobre o território, historicamente moldadas por estigmas e discursos de obsolescência que desvalorizam paisagens e saberes locais. A paisagem de Cuiabá, como lembra Sandeville Jr. (2003), não é um conjunto de formas estáticas, mas uma herança em contínua construção, na qual dimensões materiais e imateriais se imbricam. Por isso, a observação torna-se dispositivo de ressignificação para quem convive com o território, mas nem sempre o compreende em sua complexidade, permitindo a circulação de sentidos e o fortalecimento do pertencimento (Florêncio, 2012).

Treinar a percepção implica exercícios de repetição e exposição a estímulos novos, que rompem imagens prévias e ampliam interpretações (Lynch, 1960). Para orientar essa experiência, elaborou-se um diagrama simbólico que organiza elementos da paisagem, como escala, traçado, esquadrrias, cobertura, ornamentação e estrutura, não para fragmentá-la, mas para permitir um retorno mais crítico ao conjunto. Como destaca Cullen (1961), o poder de atração visual reside na ambiência construída pela relação entre partes e percursos; assim, compreender o Centro Histórico exige reconhecer como marcos arquitetônicos, ritmos de fachadas e alinhamentos continuam a estruturar a experiência espacial, mesmo diante de descaracterizações contemporâneas.

O caminhar pelo território, portanto, constitui etapa metodológica central. A vivência in loco ativa uma percepção ampliada, permitindo apreender a escala humana do conjunto, a sinuosidade das vias, o contraste entre espaços públicos e privados e os ritmos da paisagem, configurando uma leitura serial que revela o lugar em fragmentos sucessivos. Esses movimentos, descritos por Cullen (1961), são fundamentais para compreender como a paisagem comunica sentidos e como o observador se orienta, sente e interpreta o espaço (Lynch, 1960).

Nesse percurso, o reconhecimento dos danos assume papel metodológico determinante. Longe de se tratar de um inventário técnico, observar fissuras, sujidades, deformações, platibandas descaracterizadas ou substituições inadequadas torna-se

uma forma de interpretar tensões, negligências e políticas que moldaram o Centro Histórico. As marcas visíveis não revelam apenas deteriorações materiais, mas constituem testemunhos concretos de processos históricos, desigualdades sociais, ausências de gestão integrada e decisões que impactam diretamente a paisagem urbana. O dano, nesse sentido, é também uma narrativa.

Ao condicionar o pesquisador a parar diante da fachada, observar com atenção, registrar detalhes, enquadrar diferentes perspectivas e anotar percepções (Fig. 2), promove-se uma aproximação sensível com o patrimônio. Tal prática contribui para a formação de uma consciência patrimonial, pois transforma a análise em gesto de cuidado. O sujeito passa a reconhecer vulnerabilidades, a se afetar pelo que vê e a articular suas próprias experiências e memórias com as formas que observa. Como discutido no bloco sobre patrimônio afetivo, essa dimensão emocional é central para compreender por que certos bens mobilizam proteção social, enquanto outros permanecem invisíveis ou negligenciados.

Figura 2: Rua Pedro Celestino (Rua de Cima) no Centro Histórico de Cuiabá



Fonte: As Autoras, 2025

Nas caminhadas conduzidas pela equipe interdisciplinar, envolvendo arquitetura, geografia, história e arqueologia, cada participante inicia sua observação com base em um repertório visual comum, mas elabora leituras singulares influenciadas por sua história de vida. A diversidade de percepções reforça o caráter afetivo da educação patrimonial: o patrimônio não é apenas algo que se observa, mas algo que se sente, que desperta memórias, que produz reconhecimento ou estranhamento e que se constrói nas trocas entre corpo, espaço e narrativa.

Para orientar o procedimento, utilizou-se um formulário avaliativo aplicado em campo, fundamentado em documentos técnicos relevantes, como a Carta de Veneza, o Programa Monumenta, os Guias do IEPHA e normas da ABNT. Contudo, diferentemente de protocolos convencionais, o instrumento incorporou também questões sobre sentimentos, sensações e vínculos despertados pelo edifício analisado. O objetivo não é apenas classificar o estado de conservação, mas construir uma

cartografia afetiva capaz de revelar como os sujeitos se relacionam com o conjunto histórico.

O formulário tem como objetivo a análise do estado de conservação dos imóveis inseridos na área de tombamento do IPHAN, a partir do registro fotográfico, da inserção de dados colhidos com atribuição de notas para cada categoria analisada e, por fim, do compartilhamento de percepções emocionais. Para tanto, são observadas categorias da edificação, como fachada, esquadrias, cobertura ou telhado, adornos ou ornamentos e caracterização de anomalias nesses sistemas, listando-se as ocorrências encontradas e conferindo-se notas a cada uma. Também são considerados aspectos do entorno, o diálogo da edificação com o conjunto histórico e, por último, a dimensão emocional atribuída pelos pesquisadores, ao definirem, em uma palavra, como se sentiram diante do levantamento daquele imóvel, considerando que cada formulário corresponde a um imóvel.

Os imóveis do CAUP foram classificados em quatro categorias de conservação. “Bom” corresponde a dano leve, quando o bem permanece íntegro, sem prejuízo estrutural ou estético, exigindo apenas manutenção, com pontuação entre 10 e 8. “Regular” indica dano moderado, com problemas que afetam qualidades físicas ou visuais, demandando reparos pontuais, recebendo entre 7 e 5 pontos. “Ruim” refere-se a dano intenso, quando materiais estão desgastados e há perda de integridade, exigindo restauração mais profunda, com pontuação entre 4 e 1 ponto. “Péssimo” caracteriza dano irreversível e descaracterização grave, com pontuação zero.

A partir da somatória dessas notas, obtém-se a classificação do estado de conservação dos imóveis, que também considera as experiências afetivas identificadas nos levantamentos, possibilitando a construção de uma cartografia de percepções e sentimentos. Essas informações vêm sendo inseridas na plataforma Google My Maps, que permite a criação colaborativa de mapas personalizados com adição de textos, imagens e vídeos, viabilizando a elaboração de uma geografia emocional da área tombada. No Centro Histórico de Cuiabá, há cerca de 400 imóveis tombados, que estão sendo levantados durante a pesquisa de campo pelos participantes do projeto.

Dentre os achados preliminares desses levantamentos, as percepções emocionais foram divididas em três categorias: negativas, neutras e positivas. Até o momento, cerca de 200 imóveis foram analisados. A maior parte das percepções corresponde a experiências negativas, totalizando 98 imóveis, nos quais os termos “abandono”, “descaso” e “tristeza” foram os mais recorrentes. Entre as experiências classificadas como neutras, há 35 registros, com destaque para os termos “solidão” e “dualidade”, sendo esta última compreendida como a presença simultânea de passado e presente nesses lugares. Já as experiências positivas somam cerca de 70 imóveis, com expressões como “cuidado”, “agradável”, “nostalgia” e “resistência” figurando entre as mais citadas na análise dos resultados.

Esses resultados preliminares evidenciam como a paisagem urbana é percebida mais por suas ausências, pela ruína e pelo abandono, do que por suas presenças preservadas, reforçando a urgência de políticas sensíveis que articulem preservação material e engajamento afetivo. Observar para compreender, portanto, significa reconhecer que a leitura da paisagem não se limita à descrição de elementos formais. Ela exige perceber tensões, fragilidades e potências, identificar camadas temporais e



reconhecer a dimensão humana que sustenta a existência do conjunto. A paisagem torna-se documento vivo e interpretável, e o observador, ao afetar-se e ser afetado, transforma-se em sujeito ativo do processo de preservação.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura do Centro Histórico de Cuiabá, articulada entre paisagem, patrimônio e afeto, evidencia um território complexo, formado por camadas materiais, simbólicas e emocionais que se atualizam no cotidiano. Demonstrou-se que o conjunto tombado não pode ser compreendido apenas por parâmetros técnicos, pois resulta de temporalidades sobrepostas, modos de habitar, intervenções sucessivas e processos de descuido e resistência que exigem um olhar atento à sua densidade cultural e afetiva.

A metodologia sensível adotada, composta por caminhadas, exercícios de percepção, identificação de danos e registro de experiências emocionais, aproximou os pesquisadores do território e permitiu uma leitura mais comprometida com sua complexidade. Ao integrar dimensões afetivas ao diagnóstico, reforça-se que o valor patrimonial emerge das relações entre sujeitos e espaços. Os achados preliminares, marcados por percepções negativas associadas ao abandono, apontam para a necessidade de políticas que articulem conservação material, gestão participativa e educação patrimonial contínua.

Tornar o Centro Histórico novamente inteligível e significativo requer reorientar olhares, práticas e políticas. A experiência de campo mostrou que observar e sentir a paisagem transforma tanto o observador quanto o objeto, ampliando vínculos e compreensões. Assim, políticas eficazes precisam reconhecer a paisagem como documento vivo e o patrimônio como prática social que envolve múltiplos agentes e afetos. Processos permanentes de participação e cuidado, aliados a uma educação patrimonial crítica e sensorial, são essenciais para consolidar estratégias de preservação capazes de manter o Centro Histórico como espaço de memória, convivência e continuidade histórica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Doriane; GUEDES, Gabriela Leite Silva. **A Quantas Andam Nossas Políticas Públicas de (Des)Valorização do Patrimônio Cultural Material em Cuiabá - MT.** In: Mascaro, Luciana Pelaes; CASTOR, Ricardo Silveira (Org.). Patrimônio como política. Cuiabá: EdUFMT, 2019. p. 88-112.

BEZERRA, D. B. **Patrimônio afetivo e fotografia: A memória de idosos asilados. Pelotas, RS: UFPel, 2017.** Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Daniele-Borges-Bezerra.pdf> Acesso 8 out 2020.

CLAIRE, Damery. **Espace public, patrimoine et milieu affectif** (Exemples du Marais d'Orx et du Domaine d'Abbadia). Sciences de l'Homme et Société. Université de Pau et des Pays de l'Adour, 2008. Français.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 22–29.

FREIRE, Julio de Lamônica. **Por uma poética popular da arquitetura cuiabana**. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

IPHAN. Conjunto Urbano Tombado - Cuiabá (MT). Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/368/>. Acesso 18 nov 2025.

Oliveira, M.B;Ribeiro, D.L. (2019). **Patrimônios Afetivos: um novo recurso para o turismo em Morro Redondo-RS**, Brasil. Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, 11(4), p. 847-860, out-dez

LONDRES, Cecília. O patrimônio cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 14–21.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 1960.

MASCARO, Luciana; TORRES, Gabriella. **Ainda existem habitações no centro tombado de Cuiabá-MT?** In: CONGRESSO NACIONAL PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2., 2019, Cachoeira do Sul. *Anais*. Cachoeira do Sul: UFMS-CS, 2019. p. 140–151. Disponível em: https://www.academia.edu/42990428/Ainda_existem_habita%C3%A7%C3%B5es_no_centro_tombado_de_Cuiab%C3%A1_MT. Acesso em: 4 dez. 2025.

PIPPI, Luis Guilherme A.; LIMBERGER, Lucienne Rossi Lopes; LAZAROTTO, Gerusa. Recursos para representação e análise da paisagem. **Paisagem e Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 25, p. 105-126, 2008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/paam/article/view/105782/104488>. Acesso em: 4 dez. 2025.

SANDEVILLE JR, Euler. Gestão de paisagens? A natureza das dificuldades. **Paisagens em debate**, [s. l.], n. 1, p. 1-9, 2003. Disponível em: <https://biosphera21.net.br/E-ARQUIVOS/PUBLICACOES/2003-Euler-Sandeville-gestao-paisagem.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2025.

SCIFONI, Simone. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 30-37

SILGUEIRO, Gabriela Rangel TEXTO PARA CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL JUNTO A AML. S/d, S/P, Arquivo do IPHAN - MT.